ANA LUCIA FAÇANHA MORELLI

COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL - EXPERIÊNCIA DA CAIXA EM CABO VERDE

Trabalho de Conclusão do XIII Curso de Especialização em Relações Internacionais para a Universidade de Brasília, apresentado como requisito parcial à obtenção do Título de Especialista em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Flávio Sombra Saraiva

Brasília, 2012

A soma do desenvolvimento de alguns, progresso de todo o planeta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à CAIXA pelo programa de incentivo à Pós-Graduação que dá oportunidade aos empregados de aperfeiçoarem seus conhecimentos sobre vários campos, entre eles o fascinante das Relações Internacionais. Em segundo lugar, às minhas Gerentes, Letícia e Patrícia, que me estimularam e apoiaram a participar deste curso. Aos colegas Glauci, Márcia, André e Leandro pela torcida e o incentivo em todas as horas. Ao Christopher pelo suporte burocrático.

Um especial agradecimento às amigas Patrícia, Cidinha e Fernanda que vibraram com o meu sonho de aprender mais e contribuir para construção de um mundo melhor. Ao meu irmão pela parceria intelectual ao longo de todo curso.

Aos professores que generosa e carinhosamente ampliaram meus horizontes internacionais. À professora Iara Leite pelo compartilhar entusiasmado sobre as perspectivas da Cooperação Técnica Internacional. À Celi pela atenção e presteza nas questões administrativas. A Wanielle pela disponibilidade serena em formatar este texto e pela confiança de que tudo ia dar certo, antes do final.

RESUMO

O presente trabalho faz breve descrição da história da Cooperação Técnica Internacional (CTI) no âmbito internacional, sua evolução e impacto no crescimento dos países em desenvolvimento, com o objetivo de apoiar o entendimento do processo de prestação de CTI pelo Brasil e pela CAIXA. A análise destas três dimensões da cooperação demonstra que o modelo Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), utilizada pelo Brasil, gera resultados positivos para os países prestadores e recebedores pelo formato de construção conjunta da transferência de conhecimento. Entre os requisitos necessários para o sucesso desta CTI se pode elencar: o caráter estruturante do projeto a ser implementado, a capacidade técnica dos dois países, a estabilidade e a vontade política do país recebedor.

ABSTRACT

The paper aims to present a brief description of International Technical Cooperation (ITC) history in the international scenery, its evolution and impact on the growth of developing countries, in order to subsidize the understanding of process ITC as provided by Brasil and Caixa Econômica Federal. The analysis of these three dimensions of cooperation demonstrates that the model of International Technical Cooperation between Developing Countries (ITCDC) implemented by Brasil generates positive results to both the provider and the recipient of ITCDC due to its partnership toward knowledge sharing format. Among the necessary requirements for such an ITC to be successful, it is possible to point out: the structuring character of the project to be implemented, technical capability of the countries involved, political will and stability of the recipient country.

SUMÁRIO

Introdução7
Capítulo 1 - Cooperação Técnica Internacional – CTI 9
1.1 História 10
1.2 Conceitos e experiência brasileira 12
1.3 Experiência Brasileira 14

Capítulo 2 – CTI prestada pela CAIXA 18
2.1. História 19
2.2. Projetos de CTI 22

Capítulo 3 – Cooperação Técnica Internacional da CAIXA e Cabo Verde 24
3.1. Contexto 25
3.2. Missões 28
3.3. Resultados alcançados 31

Conclusão: Balanço 33
Referências Bibliográficas 37
Anexos 40

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A prestação de Cooperação Técnica Internacional (CTI) ainda é um processo recente no Brasil, não faz muitas décadas que o país deixou o papel de recipientário para desempenhar o de doador. A ampliação da prestação de cooperação pelo governo brasileiro está diretamente ligada à superação de várias deficiências sociais e econômicas que o país tem alcançado, principalmente, nos últimos 15 anos (AYLON, 2010, p.73). A prestação de CTI pela CAIXA também é uma prática nova, assim como no Brasil, pois recebeu algumas poucas cooperações nos últimos anos, mas de maneira esparsa. Somente na década de 90, quando se iniciaram os primeiros passos da internacionalização da empresa, a cooperação mostrou-se como uma oportunidade de transferir conhecimento produzido com exclusividade pela CAIXA, atender às diretivas da política externa brasileira, além de prospectar negócios. A busca pela internacionalização também proporcionou oportunidades de a empresa estar mais visível em relação aos outros países e atrair a atenção em razão de seu acúmulo de expertise nas áreas de habitação, saneamento, bancarização e programas sociais, principalmente (CAIXA, 2005).

Depois de uma primeira experiência de prestação de CTI para Namíbia, iniciada em 2006, vários países passaram a se apresentar à CAIXA para estabelecerem cooperação. Entre eles, Cabo Verde demandou parceria para a construção de vários elementos da sua Política Habitacional, como cálculo do déficit habitacional, regulamentação do sistema da construção civil para o atendimento das várias faixas de renda da população cabo-verdiana e sistema de cadastramento de candidatos a financiamento habitacional.

O presente trabalho pretende oferecer um resumo do processo de CTI da CAIXA em Cabo Verde, assim como, um rápido panorama

do surgimento da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) no mundo e no Brasil que serão discutidos no Capítulo I. Já no Capítulo II será apresentado o processo de internacionalização da CAIXA, assim como a CTI se inseriu nele, além de apresentar o modelo de prestação de cooperação da empresa.

O Capítulo III será dedicado a apresentar o projeto de CTI "Apoio ao Desenvolvimento Habitacional de Cabo Verde", como ele foi construído entre os parceiros, a sua implementação, seus resultados. Finalmente será apresentado um balanço da prestação de CTI na CAIXA, seus ganhos, aprendizados e dificultadores, e como eles contribuíram para o amadurecimento do processo.

CAPÍTULO 1

COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL PRESTADA
HISTÓRIA, CONCEITOS E EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

CAPÍTULO 1

COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL PRESTADA
HISTÓRIA, CONCEITOS E EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

1.1. História

Os programas de Ajuda Internacional (AI) no cenário mundial se iniciaram logo após o fim da II Guerra Mundial, com o Plano Marshall, implementado pelos Estados Unidos (EUA) nos países europeus arrasados pelos anos de conflito. O modelo estabelecido pelos EUA se mostrou eficiente como promotor do desenvolvimento do continente europeu, então, logo em seguida, o país passou a utilizar a AI como instrumento de seu projeto de hegemonia ideológica durante a Guerra Fria. Este conceito de desenvolvimento no contexto da Ajuda Internacional esteve durante muitos anos ligado diretamente ao de crescimento econômico. O conceito ganhou maior destaque durante a Guerra Fria, onde a ordem bipolar exigia o alinhamento dos países, apoiados pelos EUA ou a URSS. Entretanto, o modelo de AI não se mostrou tão facilmente aplicável a outros continentes, como o africano, o asiático, cujo subdesenvolvimento exigia do primeiro mundo outro formato de ajuda para o desenvolvimento.

A Organização das Nações Unidas (ONU) também se preocupou com a questão do desenvolvimento, e para compreender e agir sobre a questão foi criada em seu âmbito a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 1948. A CEPAL pensava o desenvolvimento sob o ponto de vista estrutural e para sua superação pregava que era preciso que uma política econômica contemplasse “a intervenção, o planejamento e o protecionismo (MORAES, 1993 apud LOPES, 2008, p. 48).

O desenvolvimento foi o personagem central da Conferência de Bandung, em 1955, onde o Terceiro Mundo discutiu como incluir os

temas de desenvolvimento no sistema multilateral com cooperação, igualdade e democracia, além da segurança. Em 1964, foi criada a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) que passou a acompanhar os desequilíbrios no comércio internacional.

Entre os anos de 1960 e 70, o modelo do Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento (SICD), baseado na ajuda dos países do Norte para as nações do Sul, foi questionado pelo surgimento de vários elementos no cenário mundial. Foram eles: a emergência dos países do Terceiro Mundo como integrantes do campo das Relações Internacionais, além da difusão das teses de desenvolvimento da CEPAL, assim como, a administração do Banco Mundial, entre 1968 a 1981, conduzida pelo estadunidense Robert MacNamara que contribuiu para associação do conceito de desenvolvimento ao de alívio da pobreza, segundo Martha Finnemore (Apud LOPES, 2008, p. 48).

Já nos anos 70, muitos países receptores da ajuda internacional no hemisfério sul começaram a passar ao papel de doadores e a partir dessa mudança foi inaugurado o modelo de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). Logo no final daquela década realizou-se em Buenos Aires a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre CTPD que contribuiu para formular uma concepção nova para a prestação de Cooperação Internacional, o Plano de Ação para promoção e implementação da CTPD, mais conhecido como Plano de Ação de Buenos Aires (PABA). O conceito de CTPD, segundo PABA, implica em um processo com maior parceria entre doadores e recebedores (ONU, 1978), ao invés da tradicional Cooperação Técnica Internacional entre o Norte e Sul, onde a perspectiva aplicada é a do doador, e é praticada principalmente no âmbito da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na década de 80 não houve avanços nas políticas internacionais para o desenvolvimento e sim uma paralisação nos países do Primeiro

Mundo pela onda neoliberal que provocou a redução da atenção para o tema. Ao mesmo tempo, os países do Sul estavam em plena crise das dívidas e tiveram que se submeter às políticas de ajustes estruturais implementadas pelos organismos financeiros multilaterais (SILVA b, 2009, p. 39-45). Já a década de 90 foi marcada pelo ceticismo dos países doadores com a eficiência da Ajuda Internacional (SILVA b, 2009) e pelo surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável cunhado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92 (LANCASTER, 2007, p. 46) e a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo prêmio Nobel de economia, o indiano Amartya Sen. Já nos anos 2000 o tema do desenvolvimento ganha novos contornos com a realização da Cúpula do Milênio que resultou na Declaração do Milênio (LANCASTER, 2007, p. 55) onde constam oito temas prioritários para ação dos Estados: erradicar a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental, estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

1.2. Conceitos

As definições de Ajuda Internacional envolvem várias nuances como categorias de países beneficiados por faixa de renda, localização geográfica, ou objetivos almejados pelos doadores que não serão alvo de consideração nesse trabalho, que apresenta os principais conceitos relacionados especificamente à CTI para Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD).

Para Marcelo Fernandes de Oliveira (2001, p.13) existem quatro tipos ideais conceituais de Cooperação Internacional, os quais podem

ser classificados em uma escala evolutiva: a) cooperação internacional vertical, b) cooperação técnica tout court, c) cooperação internacional horizontal e d) cooperação internacional descentralizada.

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (IPEA, 2010, p. 17) CTI é:

> Fluxos de financiamentos oficiais administrados com o objetivo primordial de promover desenvolvimento econômico e bem-estar nos países em desenvolvimento e que possuem caráter de concessionalidade por serem estendidos como pelo menos 25% de fundo perdido, seja diretamente para países em desenvolvimento (bilateral), via agências governamentais dos países doadores, ou via instituições multilaterais, excluindo empréstimos de agências de créditos de exportação com o único propósito de promoção das exportações nacionais (OCDE).

Já para o governo brasileiro (IPEA, 2010, p. 17):

> A totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas.

A CTI é uma ajuda praticada por agentes públicos (Estados ou Organizações Internacionais) que transferem conhecimento visando o desenvolvimento do parceiro, por meio de capacitação, treinamento, elaboração de material bibliográfico, e realização de estudos e pesquisas, sem incluir ajuda financeira. Este modelo foi estruturado por meio de Resolução da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas de nº 200, publicada em dezembro de 1948, que trata

da “Assistência Técnica para o Desenvolvimento Econômico”. Em 1959, a ONU substituiu o termo “assistência” por “cooperação”.

O governo brasileiro entende a Cooperação Técnica Internacional como uma “transferência de recursos e de conhecimentos de países doadores (desenvolvidos) para países recebedores (em desenvolvimento)”. Essa ajuda externa sul-sul[1], ou Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) é crescentemente reconhecida como um instrumento crucial da política externa do governo brasileiro.

Na legislação brasileira, a CTI é regulamentada pela Portaria nº 12, do Ministério das Relações Exteriores, de outubro de 2001, que a define como:

> *“(...) transferência de tecnologia, conhecimento e experiência de aplicação prática no processo de desenvolvimento sócio-econômico a um país, ou o apoio à sua geração local, a partir da implementação de um conjunto de ações integradas, executadas em parceria direta pelas partes envolvidas”*

1.3. Experiência Brasileira

A história da ajuda internacional no Brasil se inicia com o país no papel de recebedor com a criação da Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT) em 1950, pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. O paradigma orientador era o do Estado Desenvolvimentista e as parcerias internacionais estabelecidas tinham como interesse o

[1] Para Michele Moraes a definição de Cooperação Sul-Sul (SILVA, 2009, p. 39) é: South-South cooperation as any cooperative initiative between two or more developing countries; it may be carried out by governmental institutions, nongovernmental organizations, universities, independent professionals, scholars, and researchers.

atendimento deste objetivo (AYLON, 2010, p. 72). Apesar de voltada para o recebimento, a CNAT concedia bolsas de estudo. Quase 20 anos depois a CNAT foi substituída pela Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN), cujos braços executores eram a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq.)

Somente em 1987 foi criada, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) que passou a centralizar a formulação política, a gerência e controle do sistema brasileiro de CTI. A agência coordena o recebimento e a prestação de cooperação pelo Brasil no âmbito bilateral, multilateral e na sua estrutura está presente uma Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento que trata dos temas da CTPD.

A prestação de cooperação pelo Brasil tem uma preocupação em não repetir o modelo Norte x Sul que transplanta conhecimento sem adaptações e cria dependências. Para o governo brasileiro, segundo o Embaixador Celso Amorim (ABC, 2006, p. 3) "ao oferecer oportunidades de cooperação, o Brasil não almeja o lucro ou o ganho comercial. Tampouco há condicionalidades envolvidas. Buscamos tornar realidade uma visão nova das relações entre países em desenvolvimento, inspirada na comunhão de interesses e na ajuda mútua".

Além disso, é uma prestação de baixo custo[2], pois se desenvolve basicamente por meio da capacitação de técnicos de outros países com o acervo de conhecimentos acumulados pelo país em áreas como agricultura, energia, meio ambiente, metrologia, saúde, ensino

[2] Segundo dados da ABC de 2005 (apud Lopes, 2008) "de 1998 a 2003, o Brasil empregou cerca de 15 milhões de dólares na cooperação horizontal, distribuídos em mais de 120 ações e projetos com países da América Latina, Caribe, África e Ásia".
AYLLÓN, Bruno e LEITE, Iara Costa. "La Cooperación Sur-Sur de Brasil. Proyección Solidaria y Política Exterior. IN AYLLÓN, Bruno e SURASKY (coord.). *La Cooperación Sur-Sur em Latinoamérica*. Instituto Universitário de Desarrollo, 2010. pág. 75.

profissionalizante, informatização, desenvolvimento industrial e administração pública[3].

No sítio da ABC[4], a CTPD é apresentada com as seguintes diretrizes:

• priorizar programas de cooperação técnica que favoreçam a intensificação das relações do Brasil com seus parceiros em desenvolvimento, principalmente com os países de interesse prioritário para a política exterior brasileira;

• apoiar projetos vinculados, sobretudo a programas e prioridades nacionais de desenvolvimento dos países recipientários;

• canalizar os esforços de CGPD para projetos de maior repercussão e âmbito de influência, com efeito multiplicador mais intenso;

• privilegiar projetos com maior alcance de resultados;

• apoiar, sempre que possível, projetos com contrapartida nacional e/ou com participação efetiva de instituições parceiras;

• estabelecer parcerias preferencialmente com instituições genuinamente nacionais.

Entre as prioridades estabelecidas pela agência[5], desde 2004, estão:

• compromissos assumidos em viagens do Presidente da República e do Chanceler;

• países da América do Sul;

• Haiti;

• países da África, em especial os Palops, e Timor-Leste;

• demais países da América Latina e Caribe;

• apoio à CPLP; e

• incremento das iniciativas de cooperação triangular com países desenvolvidos (através de suas respectivas agências) e organismos internacionais.

O governo brasileiro, a partir de 2004, aumentou seu engajamento pela prestação da CTPD em razão das suas pretensões em

---

[3] Embaixador Lauro Moreira, ex-diretor da Agência Brasileira de Cooperação, discurso proferido por ocasião da reunião sobre Diplomacia, Cooperação e Negócios: o papel dos atores externos em Angola e Moçambique. Lisboa, 2007 . Apud LOPES 2008

[4] http://www.abc.gov.br/abc/coordenacoesCGPDIntroducao.asp consultado em 17/03/2012.

[5] IDEM

alçar o país ao papel *global player* (MOREIRA, 2006 apud CAMPOS, 2007, p. 343). Entre as prioridades do novo governo estava contribuir para o desenvolvimento do continente africano, reafirmando “os laços profundos” que existem com o Brasil (SILVA a, 2003). Durante os oito anos seguintes o governo fez várias missões presidenciais ao continente africano, onde foram assinados vários acordos comerciais e de cooperação.

CAPÍTULO 2

COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL PRESTADA PELA CAIXA

HISTÓRIA DA COOPERAÇÃO NA CAIXA E PROJETO DE CTI

CAPÍTULO 2

COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL PRESTADA PELA CAIXA

HISTÓRIA DA COOPERAÇÃO NA CAIXA E PROJETO DE CTI

2.1. História

Em janeiro de 2003 iniciaram-se os estudos na CAIXA para a implantação de uma área internacional, em razão da crescente globalização da economia mundial e da maior importância do comércio exterior para a economia nacional. Outro ponto para a internacionalização foi o que essa redefinição na trajetória da CAIXA poderia trazer no incremento de sua eficiência, a ampliação do crédito, a disseminação de conhecimentos e a conquista de novos mercados. Depois do debate e decisão do Conselho Diretor da empresa, e da autorização do Banco Central foi instalada a Área Internacional da CAIXA (CAIXA, 2005, p.9-11). Já no ano seguinte, a nova área passou a ser uma das componentes do Acordo de Cooperação assinado entre a CAIXA e o PNUD (Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento), voltado especificamente para estruturação do novo setor, o que viabilizou a implementação dos primeiros projetos. A partir de então, passou-se à definição dos objetivos estratégicos e dos respectivos planos de ação para tornar a CAIXA uma empresa internacional.

Com a criação da nova área inaugurou-se um canal de relacionamento da CAIXA com o mercado externo dentro dos seguintes objetivos (CAIXA, 2005, p.19):

• Estabelecer unidade de referência e canal para relacionamento internacional;

• Qualificar e fortalecer relacionamentos em âmbito internacional;

• Prospectar parcerias internacionais;

• Prospectar a captação de recursos externos para aplicação em projetos de caráter comercial e social;

• Prospectar novos nichos para prestação de serviços técnicos;

• Prospectar parcerias para captação de recursos de brasileiros residentes no exterior;

• **Efetivar acordos de cooperação técnica**;

• Estabelecer intercâmbios;

• Proporcionar assessoramento efetivo à alta administração.

Pesquisas junto às instituições com maior experiência em CTI nesse ramo foram executadas, além de oficinas com a participação de empregados de diversas áreas, para sistematizar e normatizar a atuação da CAIXA em Cooperação Técnica Internacional, reconhecendo limites, identificando perspectivas, parcerias e inovações na sua gestão.

No ano de 2004 foi realizada a I Oficina de Cooperação Técnica, uma iniciativa inédita, que reuniu representantes de diversos organismos de Cooperação Técnica, como a GTZ (Alemanha), JICA (Japão), Correios, Embrapa, SENAI e MRE. Houve relatos de boas práticas, desafios e perspectivas da gestão da Cooperação Técnica Internacional (CTI) prestada pelas instituições brasileiras e agências internacionais presentes na Oficina. O objetivo alcançado foi a estruturação de diretrizes para nortear futuras ações de Cooperação Técnica Internacional para a CAIXA (CAIXA, 2005, p. 20).

Em setembro de 2006 foram promovidos dois seminários de Sensibilização de Gestores em Cooperação Técnica Internacional, visando introduzir o tema aos gestores da empresa, e sensibilizá-los quanto à importância do tema e do atendimento das demandas a ele vinculadas. Na seqüência iniciou-se a primeira turma da capacitação em cooperação internacional, com o tema “Ampliando visões da concepção e da prática da Cooperação Técnica Internacional”. Os objetivos da capacitação foram:

- Desenvolvimento de recursos humanos da CAIXA em torno do tema CTI;
- Fortalecimento organizacional com ênfase na reformulação do espaço virtual informativo sobre a CTI na CAIXA, tornando-o mais efetivo, sensibilizador, e interativo;

Como mais uma passo para a formalização da prestação de CTI pela empresa, o seu Estatuto foi alterado e incluída a atividade de CTI. Em 18 de março de 2009, foi publicado o Decreto nº. 6.796, que alterou o parágrafo 5º do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº. 6.473 de 5 de junho de 2008, para a inclusão do processo de cooperação técnica internacional nas atividades desenvolvidas pela empresa, passando a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 5º A CEF tem por objetivos:
> (...) XXI - atuar em projetos e programas de cooperação técnica internacional, como forma de auxiliar na solução de problemas sociais e econômicos.
> (...) §2º. "A atuação prevista no inciso XXI deverá se dar em colaboração com o órgão ou entidade da União competente para coordenar a cooperação técnica internacional."

A atuação da CAIXA na Cooperação Técnica Internacional tem sido pautada pela prioridade estratégica do Governo Federal no estreitamento das relações "Sul – Sul", e nesse sentido, a CAIXA, por meio de sua Área Internacional, tem dado respostas a demandas da ABC/MRE (CAIXA, 2008).

A CAIXA desenvolve suas atividades de CTI por meio da doação de Horas Técnicas dedicadas à transferência ou troca de conhecimento com os parceiros nos projetos, sendo os custos com passagem e hospedagem pagos pela ABC. Nos projetos desenvolvidos pela empresa não há transferência de recursos financeiros ou equipamentos adquiridos com recursos próprios.

A CTPD prestada pela empresa tem sido baseada em sua expertise como agente de prestação de serviços ao governo federal, notadamente em desenvolvimento urbano, transferência de benefícios, inclusão bancária e tecnologia. O objetivo é transferir os conhecimentos aos países recebedores, promovendo o desenvolvimento com resultados positivos e efetivos no país de destino, sem características assistencialistas (CAIXA, 2008). Com isso, a CTI confere reconhecimento internacional e projeção da imagem de responsabilidade social; servindo ainda como instrumento estratégico de abertura de novos mercados em diversas frentes/setores. Além da prestação de CTI intermediada pela ABC, a CAIXA participa também de Acordos de Cooperação Técnica na condição de recebedora com outros países, tais como cooperações com a França e Alemanha e com municípios italianos, além de cooperação trilateral com Moçambique. A CAIXA também presta cooperação em menor escala sem a intermediação da ABC.

2.2. Projetos de CTI

O projeto que inaugurou a atuação da CAIXA foi a cooperação técnica com o governo namibiano intitulado "Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia", assinado em março de 2006, mas cujas tratativas se iniciaram em outubro de 2003 (CAIXA, 2008). Nessa data, a CAIXA participou de uma missão técnica àquele país para a construção do projeto e preparação para a assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Namíbia[6].

Também em 2006, a CAIXA foi convidada pelo Ministério das Relações Exteriores a integrar missão multidisciplinar ao Líbano com o objetivo de identificar e detalhar, junto às autoridades libanesas, as

[6] Instrumento legal ao qual está subordinado o Ajuste Complementar, este trata sobre o que será desenvolvido o Projeto de Cooperação Técnica a ele vinculado.

áreas em que o Brasil poderia prestar Cooperação Técnica visando a reconstrução do Líbano, após conflito com Israel. A missão foi composta também pelo Ministério da Educação, Ministério das Minas e Energia, EMBRAPA, Ministério da Saúde e SENAI. Os temas tratados na Atividade Isolada com o Líbano foram Desenvolvimento Urbano (reciclagem de entulho da construção civil, gestão de resíduos sólidos com geração de emprego e renda), gestão de fundos (FGTS), tecnologia bancária (correspondentes bancários, conta simplificada, microcrédito) e programas de geração de emprego e renda.

Além do Projeto com a Namíbia, também foram realizadas atividades isoladas, em 2007, com o governo da República Dominicana no âmbito dos modelos operacionais e tecnológicos desenvolvidos pela CAIXA para programas de transferência de benefícios. A Atividade visava contribuir com os programas sob gestão da Administradora de Subsídios Sociais – ADESS - do governo da Republica Dominicana e com a participação em conjunto de especialistas brasileiros e pesquisadores e técnicos do governo daquele país.

A partir de 2008, foram assinados outros projetos, alguns já concluídos, com os governos de Moçambique, da Guatemala e São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Além da execução dos projetos assinados, a CAIXA tem recebido várias missões de prospecção de diversos países com o objetivo de conhecer a expertise da empresa e estabelecer CTI.

A CAIXA investiu, segundo levantamento feito para o COBRADI[7], de 2005 a 2010 R$ 2.338.145,55 milhões por meio de horas técnicas despendidas pelos empregados nos projetos listados no ANEXO A.

[7] Levantamento *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Primeiro Levantamento (2005-2009)*, publicado em 2010, e o COBRADI 2010, ainda a ser publicado, realizado no primeiro semestre de 2011. Ambos foram coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação/ABC-MRE e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA-SAE e apoiado pela Casa Civil da Presidência da República.

CAPÍTULO 3

COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL
DA CAIXA E CABO VERDE
CONTEXTO, MISSÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS

CAPÍTULO 3

COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL DA CAIXA E CABO VERDE CONTEXTO, MISSÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1. Contexto

Os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe têm na sua história anos de exploração colonial que levaram alguns a uma situação de penúria quase extrema. O processo de descolonização, iniciado na década de 70, foi marcado por disputas internas de poder e de ausência de infra-estrutura. Cabo Verde seguiu este *script* e teve a sua independência em 5/07/1975, após um período de extrema pobreza, o país começou a receber CTI de vários países, entre eles o Brasil.

Houve uma maior aproximação do Brasil com as nações africanas, a partir da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, Timor Leste e São Tomé e Príncipe. A CPLP foi estabelecida com diretrizes gerais de concertação político-diplomática, a cooperação em vários temas e a promoção e difusão da língua portuguesa (ABC, 2006, p. 13).

O ano de 1997 marca a chegada de maiores volumes de recursos à ABC para serem investidos nos PALOP. Apesar de ter sido criada em 1987, a ABC começou a atuar com mais ênfase em CTI prestada a partir de 1995. Em 1999, o Brasil perdoou parcialmente a dívida de Cabo Verde, o que representava 50% da dívida externa do país.

As diretrizes da ABC para Cabo Verde são o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população cabo-verdiana. No sítio da agência são elencados os projetos que se seguem:

- Programa de Alfabetização Solidária;
- Projeto de dessalinização em Ribeira da Barca;
- Projeto de Formação Profissional

Cabo Verde é um pequeno país que possui uma população de cerca de 500 mil habitantes, distribuídos em dez ilhas. O território do país é árido com período de grandes secas, quadro climático que o levam a importar 85% dos alimentos que consome. Apesar de apresentar altas taxas de crescimento econômico nos últimos anos - desde 2005 tem crescido em média 5% ao ano, segundo CIA World Factbook[8] - ainda depende da ajuda externa e do envio de dinheiro de emigrantes aos familiares. Atualmente há um maior número de cabo-verdianos morando fora do que no arquipélago.

O regime de governo é parlamentarista e o Partido Africano da Independência de Cabo Verde - PAICV, que ganhou as últimas eleições no país em fevereiro de 2011, está no poder há 15 anos. Segundo a *Economy Inteligence Unit* (publicação da revista *The Economist*), Cabo Verde tem tido um avanço expressivo no ranking da Democracy Index, passou a ocupar a 27ª posição, em 2010, melhorando sua condição de 2008 que era a 34ª, o que aponta um contexto de estabilidade política.

O tema habitacional é uma questão prioritária para o desenvolvimento de Cabo Verde, uma vez que é um preceito constitucional ainda não cumprido totalmente pelo Estado. Havia, à época dos primeiros entendimentos para o estabelecimento da cooperação, um déficit habitacional estimado pelo governo de 12% em termos quantitativos (número de casas) e de 24% em termos

[8] Site consultado: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cv.html. Em 30 de novembro de 2011.

qualitativos (qualidade das habitações), sendo que a população de menor renda era a mais prejudicada[9].

O escopo do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Habitacional de Cabo Verde" foi estabelecido a partir do entendimento do contexto habitacional do país e traçado como objetivo de desenvolvimento do projeto de cooperação técnica: "reduzir o déficit habitacional nacional quantitativo e a inadequação de domicílios de Cabo Verde". A partir desta premissa foram traçados dois objetivos específicos, sendo o primeiro a ser executado pelo Ministério das Cidades e o segundo pela CAIXA:

a) Prestar assessoria técnica ao Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento Territorial - MDHOT e demais órgãos de apoio de Cabo Verde na consolidação de instrumentos de implementação do Programa Casa para Todos, a saber: cálculo do déficit habitacional e da inadequação de moradias, manuais de programas habitacionais, Guia de Adesão do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e Plano Estratégico Nacional de Habitação; e na implementação da política urbana.

b) Elaborar procedimentos de execução do Programa Casa Para Todos.

O governo cabo-verdiano estabeleceu como metas do projeto de CTI a serem atingidas para 2011[10]:

- 8 mil moradias = 20% do déficit no segmento de interesse social
- 15 mil moradias reabilitadas = 24% do déficit habitacional qualitativo.

Este projeto contou com a participação de 17 técnicos que atuaram, respectivamente, com os seguintes temas e nas áreas que se seguem:

[9] Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Habitacional de Cabo Verde", assinado em 20 de maio de 2009.
[10] IDEM.

- Arquitetura/Engenharia/Social/Econômico-financeira/Tecnologia da Informação/Administrativa;
- Risco de Crédito/Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável/Habitação/Relacionamento Internacional/Programas Sociais.

3.2. Missões

Foram realizadas 10 missões para implementação dos objetivos previstos no projeto "Apoio ao Desenvolvimento Habitacional de Cabo Verde" de acordo com o ANEXO B.

A missão de prospecção, em outubro de 2009, teve como objetivos conhecer a realidade habitacional do país e definir os temas que comporiam o projeto de cooperação. Durante a estadia, em Praia, capital de Cabo Verde, foram apresentadas à CAIXA as deficiências do Programa cabo-verdiano Casa Para Todos, e a empresa por sua vez apresentou o modelo do Programa Minha Casa Minha Vida aos representantes do governo e técnicos locais. Segundo o Relatório da missão (CAIXA, 2009) foram atingidos os objetivos com a definição do escopo de participação da CAIXA e do Ministério das Cidades, com o projeto a ser desenhado abrangendo os seguintes temas:

- Política Habitacional
- Desenvolvimento de Trabalho Técnico Social
- Gestão de Empreendimento
- Apoio para concepção de modelo de financiamento habitacional

Foi estabelecido ainda que a transferência de conhecimento se daria pela realização de seminário de sensibilização e visitas técnicas em Cabo Verde e no Brasil.

Na missão seguinte (CAIXA, 2009b), durante o mês de dezembro, foram feitas apresentações de caráter introdutório aos técnicos cabo-verdianos no Brasil sobre os temas Gestão de

Empreendimentos, Trabalho Social, Fundos Garantidores, Financiamento Habitacional e Gestão de Fundos. Além de assistir às apresentações, a equipe de Cabo Verde manteve reuniões com representantes do Ministério das Cidades sobre o tema da Política Habitacional.

Em maio de 2010 (CAIXA, 2010a), nova equipe de técnicos cabo-verdianos visitou o Brasil com o objetivo de aprofundar a transferência de conhecimento sobre Cadastro Único, Fundo Garantidor, Manuais de engenharia e Manual de Trabalho Social essenciais para a estruturação do Programa Habitacional de Cabo Verde Casa Para Todos.

Já no mês de junho (CAIXA, 2010b), equipe de técnicos brasileiros esteve em Cabo Verde para dar continuidade à transferência de conhecimentos por meio do diagnóstico das necessidades locais para o desenvolvimento dos objetivos do projeto de CTI sobre os temas como Manuais do Proponente e de Análise de Engenharia; Manual de Trabalho Social; Manual Procedimentos Operacionais Contratação; Análise de Renda não Comprovada; Cadastro Único e Fundo Garantidor. A missão atingiu os objetivos propostos (CAIXA b, 2010), pois houve a realização de diagnóstico nos temas do projeto, além disso, foi possível a elaboração de propostas de documentos e de sistemáticas, antecipando algumas etapas futuras do projeto.

Em agosto (CAIXA, 2010c) os técnicos cabo-verdianos puderam observar in loco a experiência brasileira já apresentada em outras missões de forma técnica. Foram visitados canteiros de obras no Brasil e apresentadas técnicas de construção e observado o resultado da aplicação do trabalho social no Rio de Janeiro, São Paulo, Campo Grande e Salvador.

No mês de setembro (CAIXA, 2010d) foi realizada missão brasileira na cidade de Praia para a construção do Cadastro Único de Cabo Verde. O Cadastro foi concebido com 3 módulos, sendo o

primeiro a etapa de cadastramento do público alvo já com coleta de informações de renda informal para composição da renda per capta. Nesta missão a proposta era validar a 1ª etapa do desenvolvimento e especificar as demais, conforme o cronograma inicialmente proposto.

A missão de outubro (CAIXA, 2010e) teve como objetivo realizar reuniões com instituições financeiras de Cabo Verde como o Banco de Cabo Verde, a Caixa Econômica de Cabo Verde, o INPS e os Correios, e esclarecer as competências de cada Entidade, esclarecer sobre o Programa Casa Para Todos, os fundos financiador e garantidor do Programa, as dimensões financeiras envolvidas, os ritos de governança recomendáveis, os atores e atividades necessárias à viabilização dos financiamentos e a avaliação de cenários futuros para a "perpetuação" de *funding*. A missão atendeu as suas metas uma vez que pôde dar à definitiva estruturação do Programa e da sua operacionalização.

A missão de entrega e monitoramento foi realizada em dezembro (CAIXA, 2010f) e concluiu os principais produtos previstos no projeto: os Manuais do Proponente de Engenharia, Manual do Trabalho Social, Manual de Procedimentos Operacionais para Contratação, além de fazer avaliação técnica da finalização das atividades da cooperação. Durante a estadia dos técnicos brasileiros em Praia foi feito a transferência de conhecimento sobre a fiscalização de obra, assim como do orçamento necessário para construção de empreendimento habitacional. Os técnicos brasileiros também avaliaram a capacidade técnica das instituições de controle de qualidade de material para construção e acompanharam a abertura de concursos para habilitação de construtoras. O grupo brasileiro fez ainda visitas a canteiro de obras de construção e reabilitação de unidades habitacionais. Houve também a realização de seminário de capacitação dos técnicos locais em Trabalho Social.

No início de fevereiro de 2011 (CAIXA, 2011a) foi realizada a última missão do projeto que concluiu a estruturação do Cadastro Único.

Em fevereiro de 2011 (CAIXA, 2011b) foi realizada a missão de avaliação que constatou a entrega de todos os produtos previstos no projeto, assim como a entrega de outros que não estavam previstos. Os resultados foram considerados excelentes pelos parceiros, tanto o governo brasileiro representado pela Embaixadora Maria Dulce Silva Barros, e da Ministra da Habitação de Cabo Verde, Sara Lopes, presentes à cerimônia de encerramento11.

3.3. Resultados Alcançados

Em apenas nove meses de execução do projeto, houve a transmissão de conhecimentos plena dos produtos previstos para a CAIXA no projeto. Foram realizados em conjunto com os técnicos cabo-verdianos (CAIXA, 2011b):

- Manuais do proponente, análise de engenharia, trabalho social, de procedimentos operacionais para contratação;
- Capacitação sobre análise de renda não comprovada;
- Relatório técnico de análise de adequação da estrutura do Cadastro Único;
- Modelo financeiro para sustentação do Programa para Todos.

Além destes resultados executados durante os 9 meses de implementação do projeto, houve ainda, por parte da CAIXA, a transmissão de conhecimentos adicionais que não estavam previstos no projeto, e que permitiram a realização dos seguintes produtos (CAIXA, 2011):

- Elaboração de Manual de Inovações Tecnológicas;
- Planilha de Análise dos Concursos para construções de empreendimentos;

[11] CAIXA. *Jornal da Caixa*. Brasília, 22/02/2011.

- Plano de Ação para Multiplicação da Formação de Técnicos Sociais para Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social;
- Redação de minuta de Lei de Arrendamento Social;
- Workshop na Bolsa de Valores de Cabo Verde sobre a experiência do Brasil sobre Fundo Garantidor e Apuração de Renda Não Comprovada;
- Elaborado desenho dos quatro módulos necessários para o funcionamento do Cadastro Único de Beneficiários de Habitação de Interesse Social de Cabo Verde;
- Redação da minuta da Lei de Fundo de Segurança Habitacional e de seu modelo financeiro de sustentação.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Como foi visto ao longo deste trabalho, o processo de Ajuda Internacional tem evoluído de uma perspectiva ideológica e mercadológica, no período da Guerra Fria, para uma perspectiva estruturante e que leva em conta o desenvolvimento do país recipientário, visando a sua independência econômica e técnica. Hoje a Ajuda Internacional não é somente utilizada por razões humanitárias ou diplomáticas, mas sob uma visão que considera a importância da inclusão econômica de países pobres ou em desenvolvimento na dinâmica da Globalização.

A conscientização do necessário desenvolvimento igualitário de todas as nações atingiu, principalmente, os países em desenvolvimento. Estes têm procurado superar suas deficiências econômicas, sociais e conhecimento técnico por meio da CTI e buscando levar suas experiências exitosas de superação para outras nações.

Aqui também foi avaliado que a trajetória do Brasil como prestador de cooperação ainda é muito recente, mas é resultado das conquistas nas áreas de excelência como saúde, educação e agricultura. O sucesso do papel de prestador de CTI do Brasil tem crescido exponencialmente nos últimos anos, apresentando para o mundo um país que tem superado seus desafios sociais de desenvolvimento e compartilhado seus avanços com outros países. No continente africano e sul-americano várias são as parcerias de sucesso entre Brasil e outras nações.

Na CAIXA a CTI também é recente, desde 2006, com casos de êxito como Guatemala, Cabo Verde e Venezuela. Na Guatemala a experiência da Caixa no pagamento de mais 13 milhões de benefícios sociais no Brasil foi transferida com resultados positivos para o governo gualtemateco. Com a Venezuela a CTI em bancarização

possibilitou a ampliação do atendimento bancário à população, como também possibilitou o desenho da reabilitação de favela em Caracas que servirá como modelo para outros aglomeramentos urbanos venezuelanos.

No momento estão em desenvolvimento os projetos com Moçambique - Fase II, São Tomé e Príncipe (3 componentes), Namíbia – Fase II e Peru que têm promovido grande oportunidade de aprendizado ao corpo técnico e gerencial sobre o processo de CTI. O desafio tem sido adaptar o conhecimento produzido internamente, ao longo de muitos anos, à realidade do país recebedor. Além disso, tem se verificado que a transmissão do conhecimento é condicionada a capacidade técnica local e seu engajamento com o desenvolvimento do país local, a vontade política do governo, assim como aliada a uma estabilidade política. Os outros projetos em fase preliminar como Marrocos, Panamá e Palestina já iniciarão suas atividades com um conhecimento de prestação de cooperação mais amadurecido no âmbito da empresa. Serão evitados erros, corrigidas sistemáticas de implementação para que sejam alcançados em plenitude os objetivos de cada projeto de CTI.

No caso cabo-verdiano o sucesso foi alcançado em razão da experiência adquirida pelo país em receber ajuda, em coordenar recursos e conhecimentos recebidos. Deve-se somar a isto, a capacidade profissional dos técnicos de Cabo Verde que têm sido formados em outros países como o Brasil e Portugal. É preciso agregar ainda a este quadro a estabilidade política aliada à vontade do governo local que implicou em um engajamento no desenvolvimento do país. Do ponto de vista técnico, o êxito do projeto também se deveu a estruturação de objetivos de desenvolvimento e específicos que focaram a estruturação da Política Habitacional sob uma perspectiva de sustentabilidade. Além disso, a expertise acumulada da CAIXA em sua experiência no Brasil na implantação de instrumentos estruturantes de um plano habitacional como sistemas, fundos, seguros, manuais,

linhas de financiamento foi fundamental para que Cabo Verde pudesse cumprir seu preceito constitucional de disponibilizar acesso a moradia à população do país. Para CAIXA a experiência cabo-verdiana foi uma oportunidade de aprender e de ensinar, adaptar o modelo brasileiro habitacional e ao mesmo tempo deram consistência aos conhecimentos transmitidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). Revista *Via ABC*. ABC, Brasília, 2006.

ALONSO, M.M.; FERNANDES, A. P. ABCD: *Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*. Colprinter. 2005.

AMADOR, Ethel Abarca. *El nuevo rostro de la cooperación técnica entre países en desarrollo (CTPD) y las nuevas tendencias internacionales*. Revista Ciências Sociales, Vol. I, nº 94, pág. 169-188. Universidade da Costa Rica. 2001.

AYLLÓN, Bruno e LEITE, Iara Costa. "La Cooperación Sur-Sur de Brasil. Proyección Solidaria y Política Exterior. IN AYLLÓN, Bruno e SURASKY (coord.). *La Cooperación Sur-Sur em Latinoamérica*. Instituto Universitário de Desarrollo, 2010.

CAIXA. *A CAIXA abre as portas para o Mundo – Relatório da Área Internacional 2004-2005*. CAIXA, Brasília, 2005.

CAIXA. *Banco Comercial, Social, de Desenvolvimento e Poupança*. CAIXA, Brasília, 2008.

CAIXA. *Relatório de Viagem*. Caixa, Brasília, 2009a.

CAIXA. *Relatório de Viagem*. Caixa, Brasília, 2009b.

CAIXA. *Relatório de Viagem*. Caixa, Brasília, 2010a.

CAIXA. *Relatório de Viagem*. Caixa, Brasília, 2010b.

CAIXA. *Relatório de Viagem*. Caixa, Brasília, 2010c.

CAIXA. *Relatório de Viagem*. Caixa, Brasília, 2010d.

CAIXA. *Relatório de Viagem*. Caixa, Brasília, 2010e.

CAIXA. *Relatório de Viagem*. Caixa, Brasília, 2010f.

CAIXA. *Relatório de Viagem*. Caixa, Brasília, 2011a.

CAIXA. *Relatório de Viagem*. Caixa, Brasília, 2011b.

CAMPOS, Rodrigo Pires de. *A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento do Brasil: Limites e Perspectivas da Política Externa*

Nacional. IN SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter. (Org). "Timor Leste por trás do palco cooperação internacional e a dialética da formação do Estado". 1 ed. Belo Horizonte: UFMG. 2007.

CERVO, Amado Luiz. *Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica do Brasil*. Revista Brasileira de Política Internacional 37 (1): 1994

FONSECA, L.H.P. *20 anos da Agência Brasileira de Cooperação - ABC. Cooperação Técnica na Política Externa. Realizações e desafios*. Fundação Alexandre Gusmão. Agência Brasileira de Cooperação. 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009*, IPEA. 2010.

LANCASTER, Carol. *Foreign AID Diplomacy, Development, Domestic Politics*. The University of Chicago Press. 2007.
LIMA, Maria Regina Soares de. *A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul*. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 48, Número 1, 2005.

LOPES, C. *Cooperação e desenvolvimento humanos: a agenda emergente do novo milênio*. Editora UNESP. 2005.

LOPES, Luara Landulpho Alves. *A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE): o Brasil como doador*. Dissertação para o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas – UNESP, Unicamp, PUC-SP. 2008

MORAES, Reginaldo. *O subdesenvolvimento e as idéias da CEPAL*. Editora Ática, 1995.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque; CARDOSO, Fernando Jorge e OLIVEIRA, Henrique Altemani. "As relações Brasil – África: de 1990 a 2005. IN ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio Carlos (ORG). *Relações Internacionais do Brasil*. Editora Saraiva. 2006.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de e LUVIZOTTO, Caroline Klaus. *Cooperação técnica internacional: aportes teóricos*. Revista Brasileira de Política Internacional. Ano 54, nº2, 2001.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento– CTPD – no período 1995-2005*. Fundação Alexandre Gusmão/MRE. 2010.

SARAIVA, José Flávio. *Do silêncio à afirmação: Relações do Brasil com a África*. In: CERVO, Amado L. (org.) et alii. "O Desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias". Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso de Posse no Congresso. Brasília, 2003.

SILVA, Michelle Morais de Sá e. *South-South Cooperation – Past and Present Conceptualization and Practice*. IN CHISHOLM, Linda; STEINER-KHAMSI, Gita. "South-South Cooperation in Education and Development". Teachers College Columbia Univrsaty New York and London.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. *Dois anos de "presença soberana": uma reflexão sobre a política externa do governo Lula*. Revista Cena Internacional, Ano 6, Número 2, dezembro de 2004.

ANEXOS

ANEXO A

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL			
PAÍS	**PROJETO**	**RESULTADOS PREVISTOS**	**TÉRMINO PREVISTO**
Namíbia Fase I	Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia - Fase I	Formular políticas de habitação para população de baixa renda; Transferir metodologias de construção não – convencionais adequadas à realidade namibiana; Formular projeto – piloto na área de gerenciamento de resíduos sólidos e saneamento básico.	Encerrado em março de 2008
Moçambique Fase I	Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique	Apoio à formulação de proposta de política habitacional para a população de baixa renda; Transferência de metodologia de construção não-convencional adequadas à realidade moçambicana; Transferência de metodologia para reciclagem, reaproveitamento e disposição final de resíduos sólidos da construção civil; Apoio à formulação de metodologia para implementação de Sistema de Acompanhamento de Custos e Índices da Construção Civil.	Encerrado em dezembro de 2009
Moçambique Fase II	Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique - Fase II (parceira com Unicamp, USP, UFRGS, UFRJ)	Política Habitacional; Metodologia de construção não-convencional e de implantação de incubadora de empreendimentos populares; Projetos-tipo para a construção de habitações de baixa renda; Sistema de Acompanhamento de Custos e Índices da Construção Civil; Implementação e ampliação do Centro Tecnológico de Namialo e Mestrado na área de construção civil.	Previsão de encerramento em julho de 2012

Cabo Verde Fase I	Apoio ao Desenvolvimento Habitacional de Cabo Verde (parceira Ministério das Cidades)	Manuais do proponente e de análise; Manual de trabalho social; Manual de procedimentos operacionais para contratação; Técnicos cabo-verdianos capacitados em análise de renda não comprovada; Adequação da estrutura do Cadastro Único cabo-verdiano elaborado quanto aos resultados esperados pelo MDHOT; Modelo financeiro para a sustentação do "Programa Casa para Todos".	Encerrado em fevereiro de 2011
Cabo Verde Fase II		Apoio ao Desenvolvimento Habitacional de Cabo Verde (continuação da Fase I)	Em Redação
Guatemala	Assessoria à Gestão Operacional dos Programas Sociais do Governo da República da Guatemala. (Programa "Mi Família Progresa")	Gestão e controle de cadastro unificado de beneficiários dos programas governamentais; Integração de pagamentos dos benefícios sociais; Solução operacional e tecnológica para a integração dos pagamentos; Solução operacional e tecnológica para a integração dos pagamentos.	Encerrado em novembro de 2010
Venezuela - Habitação	Apoio ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para Favelas de Caracas	Apresentação da metodologia brasileira de intervenção em favelas aos técnicos venezuelanos. Plano de Desenvolvimento Sustentável para San Agustín del Sur em Caracas; Metodologia venezuelana de organização comunitária.	Encerrado em fevereiro de 2012
Venezuela - Finanças	Bancarização	Correspondentes bancários; Inclusão bancária.	Encerrado em 2009
São Tomé e Príncipe	Apoio ao Desenvolvimento Urbano de São Tomé e Príncipe - Política habitacional e metodologias não-convencionais de construção.	Novas metodologias de construção não-convencionais; Técnicos santomenses capacitados para estruturação da legislação habitacional.	Em desenvolvimento

São Tomé e Príncipe	Apoio ao Desenvolvimento Urbano de São Tomé e Príncipe - Ordenamento Territorial	Elaboração do Plano de Ordenamento do Território de São Tomé e Príncipe.	Em desenvolvimento
São Tomé e Príncipe	Desenvolvimento Urbano de São Tomé e Príncipe - Capacitação na Estruturação e Gestão de Fundos de Desenvolvimento Social	Capacitação para estruturação e gestão de Fundo de Desenvolvimento Social	Em desenvolvimento
Namíbia Fase II	Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia - Fase II	Planejamento de obra de construção de habitação não-convencional (solo-cimento) para população de baixa renda. Sistema participativo de construção. Metodologias de construção não-convencionais transferidas.	Em desenvolvimento
Marrocos	Apoio ao desenvolvimento urbano do Reino do Marrocos	Encontro técnico sobre experiências brasileiras e marroquinas em habitação; Experiência brasileira em urbanização de conjuntos habitacionais precários; Experiência brasileira em requalificação urbana de sítios históricos apresentada; Experiências brasileiras no programa de produtividade e qualidade na construção civil. Seminário para criação de programa de qualidade e produtividade da construção civil no Marrocos	Projeto em fase de assinatura
Panamá		Demanda do governo panamenho para o desenvolvimento de ações de cooperação em habitação e moradia, com especial interesse no programa “Minha Casa Minha Vida”	Projeto em Redação

Peru	Programa de Assistência Técnica para o Fortalecimento das Capacidades em Micro finanças, Gestão Operacional de Programas Sociais e Apoio ao Desenvolvimento Regional e Fronteiriço do Banco de La Nación	Capacitação de equipe de técnicos da CAIXA sobre o crédito orientado, em especial micro finanças. Capacitação de equipes de técnicos do Banco de La Nación em gestão e plataforma operativa/tecnológica dos programas sociais. Capacitação quanto a Programas de Modernização da Gestão Municipal e Assistência Técnica a Municípios.	Em desenvolvimento
Palestina		Saneamento Básico Fundos	Projeto em Redação

ANEXO B

MISSÕES				
Foram realizadas 10 Missões dentro do projeto de acordo com o quadro abaixo:				
Data	**Local**	**Nº de Técnicos**	**Tema**	**Resultados**
31/10 a 07/11/09a	Cabo Verde	3 Brasileiros	Prospecção	Minuta do Projeto
07/12 a 11/12/09b	Brasil	3 Cabo-verdianos	Gestão de empreendimentos: Trabalho Social; Fundos Garantidores; Finaciamento Habitacional; Gestão de Fundos	Visitas Técnicas; Apresentações Técnicas
31/05 a 04/06/10a	Brasil	5 Cabo-verdianos	Cadastro Único; Fundo Garantidor; Manuais de engenharia; Manual de Trabalho Social	Reuniões técnicas sobre os temas de trabalho
21/06 a 02/07/10b	Cabo Verde	10 Brasileiros	Manuais do Proponente e de Análise de Engenharia; Manual de Trabalho Social; Manual Procedimentos Operacionais Contratação; Análise de Renda não Comprovada; Cadastro Único e Fundo Garantidor.	Reuniões técnicas sobre os temas de trabalho

16/08 a 27/08/10c	Brasil	3 Cabo-verdianos	Programa Minha Casa Minha Vida; Reabilitação Urbana; Novas tecnologias de Construção; Saneamento; e Trabalho Social	Visitas técnicas de campo para São Paulo, Campo Grande e Salvador
06/09 a 10/09/10d	Cabo Verde	1 Brasileiro	Cadastro Único; Construção de três módulos do Sistema de Cadastro.	3 Módulos finalizados
25/10 a 29/10/10e	Cabo Verde	1 Brasileiro	Fundo de Segurança Habitacional	Fundo de Segurança Habitacional
06/12 a 17/12/10f	Cabo Verde	7 Brasileiros	Manuais do Proponente de Engenharia, Manual do Trabalho Social, Manual de Procedimentos Operacionais para Contratação e avaliação técnica da finalização das atividades da cooperação	Finalização de Manuais
07/02 a 11/02/11a	Cabo Verde	1 Brasileiro	Finalização do Cadastro Único	Cadastro Único em funcionamento
14/02 a 18/02/11b	Cabo Verde	3 Brasileiros	Avaliação Final do Projeto	Documento de Conclusão da CTI